

# ROTA DA INDEPENDÊNCIA

203 ANOS DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA



FUNDAÇÃO  
**PEDRO  
CALMON**

**40** ANOS  
PRESERVANDO  
MEMÓRIAS  
CONSTRUINDO  
O FUTURO

GOVERNO DA  
**BAHIA**  
SECRETARIA DE CULTURA

DO LADO  
DA GENTE

“

**A História da Independência do Brasil**  
em Itaparica nunca foi mostrada para nós.  
Vamos Propor que nos livros de história  
o papel dessas pessoas seja valorizado.

**Jerônimo Rodrigues**

Governador do Estado da Bahia

”

**GOVERNO DA**  
**BAHIA**  
**DO LADO DA GENTE**

Fala do Excelentíssimo Senhor Governador  
do Estado **Jerônimo Rodrigues** ao Jornal  
A Tarde em 7 de Janeiro de 2023,  
nos festejos pelos 200 Anos  
de Independência da Bahia, em Itaparica.



# Independência do Brasil na Bahia

A Independência do Brasil na Bahia representa um dos capítulos mais decisivos da história nacional. Com a participação direta das camadas populares e a articulação entre diferentes forças sociais comprometidas com a ruptura definitiva da ordem colonial, o 2 de Julho ecoa, ainda hoje, princípios essenciais de liberdade, justiça social, participação popular e afirmação da soberania.

Ocorrido em múltiplos territórios da Bahia e contando com o apoio decisivo do interior, esse processo histórico conferiu ao estado um papel central na consolidação da Independência do Brasil. Foi com essa compreensão que o Governo da Bahia, desde 2023, impulsionou uma ampla mobilização social nos municípios em torno dessa memória, trazendo à tona, em diferentes territórios, a centralidade do 2 de Julho na formação do Brasil. Esse trabalho teve continuidade na rede de educação, alcançando os estudantes da rede pública por meio de aulas públicas, mesas de debate, apresentações artísticas e também pela incorporação desse legado aos materiais escolares, em um esforço contínuo de valorização, difusão e reposicionamento dessa memória no debate público brasileiro.

Esse é o legado mais duradouro desse processo: fazer com que a história da Independência na Bahia siga viva, compartilhada e reconhecida pelas novas gerações, contribuindo também para ampliar o reconhecimento nacional da data, inclusive com a proposição, pelo presidente Lula, do 2 de Julho como Dia Nacional da Consolidação da Independência do Brasil.

Por isso, hoje podemos afirmar, sem qualquer exagero, que a independência brasileira também foi forjada na mobilização do povo baiano e encontrou na Bahia uma de suas expressões mais vigorosas e definitivas.

Essa trajetória segue simbolizada em personagens como Corneio Lopes, Tambor Soledade, os Caretas do Mingau, os Encourados de Pedrão, Maria Felipa, Maria Quitéria, Joana Angélica, João das Botas e o Cacique Bartolomeu Jacaré, entre tantas outras vozes negras e indígenas, muitas vezes silenciadas pela “história oficial”.

Importa salientar que essa memória permanece viva não apenas nos nomes, mas também em um conjunto de manifestações culturais, símbolos e cortejos que marcam, todos os anos, a celebração da Independência na Bahia. Assim como está impressa e expressa no modo baiano de ser, de resistir e de se levantar cotidianamente na defesa da sua dignidade e ancestralidade.

**Bruno Monteiro**

*Secretario de Cultura do Estado da Bahia*

# ROTA DA INDEPENDÊNCIA

203 ANOS DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA

FUNDAÇÃO  
**PEDRO  
CALMON**

**40** ANOS  
PRESTANDO  
MEMÓRIAS  
CONSTRUINDO  
O FUTURO.

GOVERNO DA  
**BAHIA**  
SECRETARIA DE CULTURA

DO LADO  
DA GENTE



# Apresentação

Celebrar os 203 anos da Independência da Bahia é reafirmar um dos capítulos mais singulares e potentes da história do Brasil, aquele em que o povo assumiu o protagonismo na construção da liberdade. Diferentemente do marco oficial do 7 de Setembro de 1822, centrado em uma figura da elite, o 2 de Julho de 1823 revela a força coletiva de mulheres e homens de diferentes origens sociais, étnicas e culturais que, unidos, lutaram pela emancipação do país.

Negros e negras, indígenas, brancos pobres e ricos, libertos e escravizados somaram esforços em torno de um ideal comum. Essa pluralidade se expressa em personagens e símbolos que atravessam o tempo e seguem vivos na memória do povo baiano, como Maria Felipa, Maria Quitéria, Joana Angélica, as Caretas do Mingau de Saubara, os Encourados de Pedrão, o cacique Jacaré e o Tambor Soledade. Mais do que nomes, são representações de um processo histórico coletivo, profundamente enraizado nos territórios e nas lutas populares.

É nesse horizonte que este caderno orientador se insere. Ao mesmo tempo em que contribui para a valorização e difusão da memória da Independência do Brasil na Bahia, ele dialoga com o momento comemorativo dos 40 anos da Fundação Pedro Calmon, reafirmando seu compromisso com as políticas públicas de livro, leitura, memória, bibliotecas e arquivos em todo o estado.

A construção e a circulação deste material fortalecem ações que visam à popularização do conhecimento, à territorialização das políticas culturais e à garantia do direito à memória como dimensão fundamental da cidadania. Nesse sentido, a Rota da Independência 2026 circulará por 24 municípios baianos, ampliando o alcance dessas ações e fortalecendo a presença desse tema nos diversos territórios do estado.

Reconhecer, preservar e difundir a história é também assegurar que diferentes vozes e experiências componham o tecido da memória coletiva, ampliando o acesso e promovendo pertencimento.

Em um contexto contemporâneo marcado por desafios à democracia, à soberania e à diversidade, celebrar o 2 de Julho é também um ato político. É afirmar a resistência, valorizar a participação popular e defender o direito dos povos de construir seus próprios caminhos.

Que este caderno seja instrumento de reflexão, formação e mobilização, contribuindo para que a memória da Independência do Brasil na Bahia siga viva, pulsante e cada vez mais próxima do povo.

**Sandro Magalhães**

*Diretor Geral da Fundação Pedro Calmon*

## 2 de Julho e a Independência do Brasil na Bahia

Enquanto que o Sete de Setembro de 1822, data reconhecida oficialmente como Dia da Independência do Brasil, centra o protagonismo em uma figura da elite social, o Dois de Julho de 1823 destaca a participação popular. Mulheres e homens que compunham os mais diversos grupos sociais do Brasil — brancos ricos e pobres, negros e negras libertos ou escravizados e indígenas — voluntariaram-se para livrar o país do jugo português. Essas pessoas, que, mesmo com interesses diversos, uniram-se em torno de um objetivo comum: a conquista da liberdade.

Enaltecer Maria Felipa, Maria Quitéria, Joana Angélica, as Caretas do Míngau de Saubara, os Encourados de Pedrão, o cacique Jacaré e Tambor Soledade é uma forma de personificar esse povo que tanto contribuiu para concretizar a Independência do Brasil.

Celebrar o Dois de Julho, portanto, não apenas reforça a importância histórica da independência, mas valoriza a luta coletiva e a reafirmação da soberania do povo sobre o seu próprio destino. Nesse cenário de crescimento de ideias autoritárias e de desrespeito à soberania, em que algumas potências buscam recolonizar territórios independentes, essa data assume um papel fundamental como símbolo de resistência, memória histórica e defesa da autodeterminação dos povos.



# Revolução Liberal Constitucionalista de 1820

O ano de 1808 teve intensa influência no fortalecimento das ideias em torno da independência do Brasil. Isso porque, ele marca a chegada da família real, que precisou se instalar na colônia americana após fugir de Portugal em decorrência das invasões napoleônicas. Esse acontecimento transformou o Brasil em centro político e administrativo da Corte portuguesa e provocou diversas mudanças na estrutura da colônia.



**Sessão das Cortes De Lisboa**

*Autor: Oscar Pereira da Silva*

*Fonte: Acervo do Museu Paulista da USP*

Além da abertura dos portos às nações amigas, decretada em 28 de janeiro, o príncipe regente D. João também autorizou a abertura de fábricas e manufaturas, a criação Escola Médico-Cirúrgica da Bahia e a abertura da Imprensa Régia.



**Diplomatas redesenham o mapa da Europa reunidos em Viena**

*Autor desconhecido*

*Fonte: Ensinar História*

Após a derrota de Napoleão, em 1815, as potências europeias se reuniram no Congresso de Viena. Para que a monarquia portuguesa estivesse formalmente representada neste evento, no dia 16 de dezembro, D. João elevou o Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves, deste modo, o Brasil oficialmente deixou de ser colônia.

**Representação das Armas do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves feita em 1822, homenageando Dom João VI no cadeiral da Capela de São Jorge no Castelo de Windsor.**

*Autor desconhecido  
Fonte: Jornal O Farol*



A guerra provocada por Napoleão mergulhou Portugal em uma crise política causada pela ausência da família real e pela forte intromissão dos ingleses que foram para este país para expulsar os franceses e acabaram permanecendo após a guerra, exercendo uma espécie de tutela política e militar. Além disso, houve uma crise econômica causada não apenas pela guerra, como também pela abertura dos portos, que retirou dos portugueses o monopólio sobre as relações comerciais com o Brasil, e do tratado de comércio assinado com a Grã-Bretanha, em 1810.



**Representação da Revolução Liberal do Porto.**

*Autor: Constantino de Fontes  
Fonte: Câmara dos Deputados*

Esses fatores culminaram na Revolução Liberal do Porto, também conhecida como Revolução Constitucionalista das Cortes Portuguesas, ocorrida em 24 de agosto de 1820. Os revoltosos formaram a Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, composta por membros de diversos setores da sociedade portuguesa, como o clero, a magistratura, o comércio e a nobreza, e presidida por Antônio da Silveira. A Junta declarou fidelidade a D. João VI, que se tornara rei em 1816, após a morte de sua mãe, D. Maria I, em 20 de março desse mesmo ano, bem como à manutenção da religião católica.

Dentre as reivindicações dos revolucionários do Porto estavam o retorno imediato da família real a Portugal, a revogação do decreto de abertura dos portos, devolvendo aos portugueses a exclusividade das relações comerciais com o Brasil, e a convocação das Cortes para a elaboração de uma Constituição liberal, pondo fim ao absolutismo.




**Manoel Fernandes Thomaz, presidente das Cortes Constituintes, discursa em uma das sessões. Pintura de Veloso Salgado, na Assembleia da República de Portugal.**

*Fonte: Guia Geográfico – História do Brasil*

As Cortes Constituintes substituíram a Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, que havia assumido o governo português durante o período da Revolução. Além de elaborar a Constituição, essa assembleia legislou sobre diversos assuntos e exigiu o retorno imediato do rei D. João VI, que regressou para Portugal, juntamente com sua Corte, em 26 de abril de 1821. Antes de partir, assinou, no dia 22, um decreto que nomeava o príncipe D. Pedro como regente do Governo Geral do Brasil. Tal decisão não agradou aos portugueses que esperavam o retorno de toda a família real.

A permanência de D. Pedro no Rio de Janeiro tinha como objetivo manter o regime monárquico e conservar o poder português no Brasil. Para isso, o príncipe adotou uma política de imparcialidade na relação entre portugueses e brasileiros. Já



para as Cortes, era fundamental a volta de toda a família real, pois tal medida permitiria a restauração do status colonial do Brasil. Para o governo português, a Independência significaria um impacto negativo nas finanças do Reino, uma vez que o Brasil era sua principal colônia, sobretudo em razão dos lucros obtidos com a produção açucareira, especialmente na Bahia.

Em Portugal, as eleições para a formação das Cortes Constituintes ocorreram em dezembro de 1820. Como as eleições no Brasil ocorreram apenas em 03 de setembro de 1821, quando os deputados brasileiros chegaram a Lisboa, os debates para a produção da Carta Constitucional já estavam em andamento. Os deputados baianos posicionaram-se em defesa dos princípios liberais e contrários a qualquer forma de subordinação da Bahia a Portugal. Os parlamentares das demais províncias seguiram a mesma orientação, defendendo um Poder Executivo autônomo para o Brasil, com Exército e Marinha de guerra próprios.

A política dos portugueses durante as Cortes Gerais buscavam minimizar qualquer possibilidade de existência de um governo executivo central no Brasil. Os decretos promulgados em 29 de setembro de 1821 ampliaram a tensão entre portugueses e brasileiros, uma vez que alteravam os comandos militares no Brasil e os subordinavam a Lisboa, além de abolirem a regência de D. Pedro e exigirem seu retorno imediato a Portugal. Contudo, contrariando as ordens das Cortes Gerais, em 09 de janeiro de 1822, D. Pedro decidiu permanecer no Brasil, data que ficou conhecida como “Dia do Fico”.

## **Conflito do Forte de São Pedro**

Em 15 de fevereiro de 1822, chegou ao porto de Salvador o navio correio Leopoldina, trazendo uma carta régia, assinada em 9 de dezembro de 1821, que nomeava o brigadeiro Inácio Luís Madeira de Melo como novo governador das armas da Bahia, em substituição ao brasileiro Manuel Pedro de Freitas Guimarães. Essa nomeação tinha intenção de restaurar o controle militar sobre a província.

Ao ser notificado, Madeira de Melo apresentou a carta à Junta de Governo e às demais instituições de poder, com o intuito de obter o imediato reconhecimento da sua nomeação. No entanto, os partidários Freitas Guimarães, então governador das armas interino, eram contrários à posse do militar português.

A substituição de Freitas Guimarães por Madeira de Melo intensificou ainda mais a rivalidade entre portugueses e brasileiros, levando a um embate entre militares e civis partidários desses dois comandantes. Na manhã do dia 19 de fevereiro de 1822, as tropas portuguesas atacaram o forte de São Pedro e os quartéis da Palma e da Mouraria. Em busca dos brasileiros que conseguiram escapar e se refugiaram no Convento da Lapa, os portugueses invadiram esse espaço religioso. Na tentativa de impedir o ataque, a abadessa Soror Joana Angélica foi mortalmente ferida com golpes de baioneta e, por conta desse ato heroico, é considerada a primeira mártir das lutas pela Independência do Brasil na Bahia. Nesse ataque, o capelão do convento, Daniel Nunes da Silva Lisboa, também foi ferido com coices de armas.



**Invasão do Convento da Lapa, Joana Angélica foi morta pelos soldados lusitanos com golpes de baioneta.**

*Autor desconhecido*

*Fonte: [oprofessorweb.wordpress.com](http://oprofessorweb.wordpress.com)*

Após três dias de embate, os brasileiros saíram derrotados. Em decorrência disso, grande parte da população abandonou Salvador, inclusive membros da elite política e econômica, partindo em direção às vilas do Recôncavo.

## O Recôncavo Baiano e as lutas pela Independência na Bahia



**“O Primeiro Passo para a Independência da Bahia”. Aclamação de D. Pedro:  
Câmara de Cachoeira.**


*Autor: Antônio Parreiras*

*Fonte: Recôncavo Wordpress*

A região denominada como Recôncavo Baiano é formada por 20 municípios e corresponde a aproximadamente 0,8% do território estadual. Durante o período colonial, esse foi o espaço mais produtivo da Bahia. Além do fumo e do açúcar, a região também foi uma grande produtora de farinha de mandioca, especialmente nas vilas de Nazaré, Maragogipe e Jaguaripe.

As principais vilas escolhidas como abrigo pelas famílias que fugiram de Salvador foram Cachoeira, São Francisco do Conde, Maragogipe, Santo Amaro e Nazaré. As atuais cidades de São Félix e Saubara, que tiveram grande relevância no processo de Independência, eram, à época da guerra, distritos de Cachoeira e Santo Amaro, respectivamente. Esses locais eram essenciais para a economia da província e, por isso, a sua ocupação constituiu uma das principais estratégias para sustentar a guerra.

Como Salvador estava sob o controle do exército português, D. Pedro solicitou apoio nas vilas do Recôncavo para se fortalecer no conflito com as Cortes. Nessa região, os favoráveis à Independência realizaram as chamadas reuniões conspiratórias que foram decisivas para a consolidação do processo instaurado na




provincia da Bahia. O mês de junho de 1822 foi marcado pelo início de uma série de movimentações nas vilas do Recôncavo favoráveis à aclamação do príncipe, com destaque para as vilas de Santo Amaro, Cachoeira e São Francisco do Conde.

Santo Amaro foi a primeira vila a consultar a sua população para a aclamação de D. Pedro como príncipe regente. No dia 14 de junho, vereadores, senhores de engenho e graduados se reuniram em sessão na Câmara, onde foi decidido o apoio à centralização do Poder Executivo no Brasil a ser exercido pelo príncipe.

Seguindo o movimento de aclamação de D. Pedro como “Defensor Perpétuo do Brasil”, foi realizada, no dia 25 de junho, uma consulta pública no prédio da Casa de Câmara e Cadeia da Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira. Após a sessão, aconteceu o *Te Deum* (missa de ação de graças) na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário em comemoração à aclamação do príncipe. Durante a realização deste evento, a vila sofreu um ataque de um barco militar português. O confronto durou três dias e terminou, no dia 28, com o cerco e a expulsão da embarcação por canoas locais.

No dia seguinte ao ataque português, formou-se em Cachoeira a Junta Interina e Conciliatória de Defesa, órgão que funcionava no prédio do Hospital São João de Deus e tinha como objetivo proteger a vila de possíveis ofensivas do exército de Madeira de Melo. Com a criação da Junta, instalou-se na Bahia outro núcleo de governo, em oposição ao da capital da província, que era chefiado pelo general lusitano. Entre as suas primeiras ações estiveram a divulgação da aclamação de D. Pedro, o anúncio do início do conflito e a convocação das demais vilas para aderirem ao movimento.

O movimento pela Independência na Bahia continuou a se expandir. No dia 26 de junho a vila de Maragogipe também decidiu aclamar D. Pedro como príncipe regente e, no dia 29, chegou a Cachoeira uma delegação das vilas de São Francisco do Conde e de Santo Amaro, propondo que a Junta ampliasse as suas atribuições e se transformasse em governo militar e civil legítimo de todas as vilas do Recôncavo. Nessa mesma data, essas vilas aclamaram D. Pedro como Regente Constitucional do Brasil.



No dia 06 de setembro de 1822, a Junta Conciliatória e de Defesa foi substituída pelo Conselho Interino de Governo. Esse comando era presidido por Miguel Calmon Du Pin e Almeida, mais conhecido como Marquês de Abrantes, e reuniu representantes das diversas vilas do Recôncavo que haviam reconhecido D. Pedro como Regente do Brasil. O Conselho foi criado para facilitar a administração da província durante a guerra e era responsável por articular as ações contra as tropas de Madeira de Melo, além de manter contato com as Cortes do Rio de Janeiro. Após a sua criação, Cachoeira tornou-se oficialmente sede do governo da província favorável à Independência, situação que se manteve até o fim do conflito.


Interessado em evitar a sua volta a Portugal, no dia 07 de setembro de 1822 D. Pedro oficializou a Independência do Brasil.

## A Guerra pela Independência

A guerra pela Independência na Bahia foi dividida em duas fases. Durante a primeira fase, as operações estavam sob o controle geral do Conselho Interino e eram comandadas pelo coronel miliciano Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque Ávila que, posteriormente, foi agraciado com o título de visconde de Pirajá.

A segunda fase da guerra teve início em junho de 1822, quando as ações passaram a receber ordens vindas da Corte. Em julho desse mesmo ano, o príncipe D. Pedro nomeou o general francês Pierre Labatut como comandante do Exército Libertador. Labatut saiu do Rio de Janeiro no dia 14 de julho e, antes de chegar à Bahia, passou por Alagoas, Pernambuco e Sergipe, a fim de incorporar soldados ao Exército Libertador. Chegou à Feira do Capuame no dia 28 de outubro, quartel-general das tropas libertadoras, onde o coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque Ávila lhe passou o comando do corpo militar.

Esta fase da guerra pela Independência também é marcada pelo surgimento dos diversos batalhões patrióticos, com destaque para os “Voluntários do Príncipe Dom Pedro”. Esse batalhão, que era comandado pelo major miliciano José Antônio da Silva Castro, ficou mais conhecido como Batalhão dos Peri-



quitos. Nele serviu a heroína Maria Quitéria de Jesus Medeiros, que se disfarçou de homem para se alistar como voluntária. Ela, que foi a primeira mulher do Brasil a fazer parte de uma unidade militar, teve o seu valor reconhecido após a guerra, sendo homenageada por D. Pedro I com a condecoração de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro.

Concluído o conflito, o Batalhão dos Periquitos foi ligado ao Exército, ganhando o nome de Batalhão dos Caçadores. Em 28 de junho de 1996, Maria Quitéria foi reconhecida como Patronesse do Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro.

## As Batalhas pela Independência

Vale destacar que a forma de ocupação do território durante o período da guerra pela Independência na Bahia foi um fator decisivo para o desfecho do conflito. Enquanto Salvador estava ocupada pelos portugueses, os baianos se organizaram no Recôncavo, região responsável pela produção de alimentos e pelo abastecimento da capital. Nesse contexto, algumas vitórias militares foram cruciais para o êxito dos baianos, como a Batalha do Funil, ocorrida em 29 de julho de 1822. O Funil é um canal que separa a Ilha de Itaparica do continente, e a sua conquista permitiu o controle do rio Jaguaripe e do acesso à Nazaré, uma das vilas mais férteis do Recôncavo.

A Batalha de Pirajá aconteceu no dia 08 de novembro na região do Cabrito – Campinas – Pirajá e durou cerca de oito horas. Como existem poucos registros sobre este confronto, a versão que se consolidou foi a contada por Ladislau dos Santos Titara, responsável pelas correspondências do general Labatut. De acordo com Titara, o corneteiro Luís Lopes foi decisivo salvar o Exército brasileiro. Ao desobedecer à ordem de retirada dada pelo tenente-coronel Barros Falcão, Lopes executou os toques de “avançar cavalaria” e, em seguida “à degola”. Acreditando que os brasileiros haviam recebido reforços, as tropas portuguesas recuaram, dando a vitória ao Exército Libertador.

Outra batalha relevante foi a de Itaparica, que ocorreu no dia 07 de janeiro de 1823. Houve confrontos em diversos pontos da ilha como o Estreito do Funil, o Largo da Quitanda, a Fonte da Bica, o Forte de São Lourenço e as praias do Convento, de Amoreiras e Ponta do Mocambo.



**"Alegoria ao 7 de Janeiro de 1823"**

*Autor: Mike Sam Chagas/OST 2019 -*

*Escola de Belas Artes da UFBA*

*Fonte: Museu Virtual Origens*

Nessa batalha, destacou-se João Francisco de Oliveira, mais conhecido como João das Botas. O militar português, que era detentor de grande conhecimento da arte da navegação, conseguiu reunir pescadores da comunidade de Itaparica e transformar sua flotilha de saveiros em barcos de combate. Além de adaptar as pequenas embarcações para a guerra, escolheu como combatentes os pescadores locais que eram exímios conhecedores da Baía de Todos os Santos, fator que foi decisivo para o sucesso das ações militares.

A Batalha de Itaparica também se destaca pela atuação da quilombola, marisqueira e ganhadeira Maria Felipa. Essa heroína, cuja memória foi preservada por meio dos relatos orais do povo itaparicano, liderou um grupo de mulheres que contribuiu para encerrar os portugueses que tentavam invadir a ilha.



**Maria Felipa**

*Autor desconhecido*

*Fonte: Quizur*

Nesse mesmo período, D. Pedro solicitou apoio aos ingleses fortalecer a sua frota marítima. Como resultado, em 13 de março de 1823 chegou ao Brasil lorde Cochrane. O militar britânico foi contratado para organizar a Marinha de Guerra do Brasil, assumindo o posto de primeiro almirante.

## O Dois de Julho de 1823

O Exército Português ficou sitiado em Salvador, cercado por mar e por terra. Como as forças brasileiras haviam tomado as rotas de abastecimento, não havia suprimentos suficientes para suportar o confronto por mais tempo.



### **Entrada do Exército Libertador**

*Autor: Presciliano Silva*

*Fonte: Muita Informação*

O dia 2 de julho de 1823 marcou a retirada de Madeira de Melo e de seus comandados e a tomada de Salvador pelo Exército Libertador, comandado pelo general José Joaquim de Lima e Silva, que assumira a liderança das tropas após a deposição do general Labatut, em 24 de maio de 1823.

O Exército Libertador e os seus diversos batalhões entraram na capital pela Estrada das Boiadas que, atualmente, é denominada Avenida Lima e Silva. Com a vitória do Exército e da Marinha do Brasil na Bahia, consolidou-se a separação política do Brasil em relação a Portugal.

## FICHA TÉCNICA

**Governador do Estado da Bahia**  
Jerônimo Rodrigues

**Secretário de Cultura**  
Bruno Monteiro

**Diretor Geral da Fundação Pedro Calmon**  
Sandro Magalhães

**Diretor do Centro de Memória da Bahia**  
Walter Silva

**Textos e Revisão Ortográfica**  
Indira Naiara e Rosimeire dos Santos

**Capa, Diagramação e Projeto Gráfico**  
Amanda Rodrigues e Maurício Santos



# Hino ao 2 de Julho

**Música** – José dos Santos Barreto

**Letra** – Ladislau dos Santos Titara

Nasce o sol a 2 de Julho,  
Brilha mais que no primeiro  
É sinal que neste dia  
Até o sol é brasileiro

Nunca mais o despotismo  
Regerá nossas ações  
Com tiranos não combinam  
Brasileiros corações

Cresce, oh! Filho de minha alma  
Para a pátria defender  
O Brasil já tem jurado  
Independência ou morrer

Nunca mais o despotismo  
Regerá nossas ações  
Com tiranos não combinam  
Brasileiros corações

Salve, oh! Rei das Campinas  
De Cabrito a Pirajá  
Nossa pátria hoje livre  
Dos tiranos não será

# ROTA DA INDEPENDÊNCIA

203 ANOS DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA



DO LADO  
DA GENTE



@FPEDROCALMON

[WWW.FPC.BA.GOV.BR](http://WWW.FPC.BA.GOV.BR)



ACESSE O SITE

